

**BRASIL – A FASCISTIZAÇÃO DO ESTADO NA TRANSIÇÃO DO CAPITALISMO
SUBDESENVOLVIDO AO CAPITALISMO MONOPOLISTA DE ESTADO DEPENDENTE
E ASSOCIADO AO IMPERIALISMO**

DOI: <http://doi.org/10.9771/gmed.v14i2.50374>

Luiz Carlos Prestes¹

Apresentação ao texto, por Anita Leocadia Prestes²

É com grande satisfação que, através de convite da revista *Germinar*, apresento ao público o texto inédito de Luiz Carlos Prestes, então secretário-geral do PCB, exilado na URSS devido à repressão promovida especialmente contra os comunistas pela ditadura militar-fascista no Brasil, durante a década de 1970. Trata-se da intervenção de Prestes em seminário realizado na Casa da América Latina em Moscou, a 8/XI/1977, por ocasião do 60º aniversário da Grande Revolução de Outubro de 1917.

As divergências de Prestes com a maioria do Comitê Central (CC) do PCB datavam ainda dos anos 1960, mas com o deslocamento dele e de uma parte dos dirigentes partidários para o exílio europeu esse conflito viria a agravar-se, devido em grande medida às mudanças ocorridas nos pontos de vista do então secretário-geral sobre a realidade brasileira. Nesse período Prestes fez um estudo aprofundado das transformações em curso na economia e na sociedade brasileiras, recorrendo a numerosas publicações que estavam sendo produzidas no Brasil, como as obras de Octavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Francisco de Oliveira e, em especial, Florestan Fernandes.

Prestes produz, durante esses anos, considerável número de documentos, artigos, discursos e entrevistas, em que reconhece as profundas transformações ocorridas no sistema capitalista brasileiro, com o surgimento de monopólios nacionais e estrangeiros, os quais articulados com o Estado e o latifúndio passaram a dominar os principais setores da vida nacional.

Ao dedicar atenção especial à compreensão do processo de fascistização do regime político no Brasil, Prestes postula a formação de um novo sistema de dominação capitalista no país – o Capitalismo Monopolista de Estado dependente. No texto ora apresentado ele escreve:

Uma característica peculiar ao fascismo brasileiro e, em geral, às novas formas do fascismo latino-americano, consiste em ser também a forma em que hoje se estruturam as relações de associação dependente com o imperialismo, particularmente, com as corporações internacionais, cuja natureza monopolista exige poderes e espaços de decisão antes desconhecidos. Neste sentido, comprovamos que a implantação da ditadura militar-fascista no Brasil não só tinha por objetivo a interpenetração dos monopólios privados com o Estado no interior da própria máquina governamental, isto é, modelar um sistema

particular de capitalismo monopolista de Estado. Objetivava também uma remodelação das relações entre a economia nacional e a economia capitalista mundial, dominada pelos monopólios imperialistas. O resultado disto foi uma associação dependente entre os monopólios e o Estado brasileiro e as corporações internacionais e centros políticos imperialistas, especialmente os EE.UU. (PRESTES, 1977, p.3)

Diante dessas transformações, Prestes propõe em diversos outros escritos a substituição da tese etapista da revolução brasileira, que sempre vigorou na história do PCB, por uma política de combate aos monopólios nacionais e estrangeiros e ao latifúndio, cujo êxito pudesse dar início a um período de transição à revolução socialista, que ele denomina de “nova democracia” – uma democracia que assegurasse “amplas liberdades para o povo, uma democracia econômica, política e social”. Argumenta que a conquista de um poder antimonopolista, anti-imperialista e antilatifundário representaria “um passo decisivo rumo ao socialismo”.

**

BRASIL – a fascitização [sic] do Estado na transição do capitalismo subdesenvolvido ao capitalismo monopolista de Estado dependente e associado ao imperialismo.

(Luiz Carlos Prestes [assinatura grafada no original])

(Intervenção no Seminário latino-americano realizado em Moscou, a 8/XI/1977, por ocasião do 60º aniversário da Grande Revolução de Outubro.)

O tema do fascismo na América Latina de hoje é, sem dúvida, um dos mais importantes para entender e explicar a fase atual de desenvolvimento econômico, social e político do nosso continente. O fenômeno da militarização e da fascitização [sic] do Poder político assumiu uma dimensão particular na nossa região porque está ligado diretamente aos processos de estabelecimento do capitalismo monopolista e de instauração do domínio do imperialismo e de suas corporações internacionais.

Há mais de dez anos, o nosso Partido vem realizando esforços para interpretar corretamente estes fenômenos e formular uma política comunista correta, capaz de contribuir para o avanço do processo revolucionário nas novas condições, impostas pela fascitização [sic] do Estado burguês.... [sic]

Aqui queremos apenas expor esquematicamente algumas conclusões de nossa análise do fenômeno fascista no Brasil, fenômeno que, pela sua gestação e pelo grau de desenvolvimento alcançado, representa um caso particular, mas que pode servir de modelo no seu gênero.

Os comunistas brasileiros qualificaram de “ditadura militar-fascista” e de “fascismo dependente” o regime político implantado em nosso país a partir do golpe militar de 1964. Com estas expressões pretendemos caracterizar não só a sua política terrorista, como principalmente a natureza reacionária da fração da oligarquia financeira que detém a hegemonia do Poder e o traço distintivo mais característico do Estado que modelou esta oligarquia para manter e desenvolver o capitalismo monopolista numa associação dependente com o imperialismo e suas corporações internacionais.

Chegamos a estas formulações não através de uma simples acumulação empírica de analogias com os modelos básicos do fascismo, mas como fruto de um esforço (que hoje já não é só dos estudiosos que militam no PCB) para captar as singularidades histórico-estruturais do Brasil de hoje, apoiados diretamente nas pesquisas marxistas do imperialismo, da crise geral do capitalismo e do capitalismo monopolista de Estado.

As singularidades do processo de fascitização [sic] do Estado Burguês no Brasil confirmam a validade da teoria leninista do imperialismo, em particular da lei geral,

Fim da página 1

- 2 -

segundo a qual, na fase monopolista do capitalismo, o domínio burguês só pode manter-se com a hegemonia da oligarquia financeira. E que a forma dessa hegemonia, isto é, a forma em que esta oligarquia implanta e exerce o seu domínio político, a sua ditadura de classe e o seu domínio ideológico, os seus mecanismos de consenso, dependem da resistência e dos perigos que representam os setores e classes dominadas.

A fascitização [sic] do Estado brasileiro é resultado de um processo complexo, que passou por uma fase “populista”, na qual as frações agrário-exportadora e comercial (tradicionais) da burguesia local perderam o monopólio do Poder político diante do avanço e da intervenção de novas classes e combinações de classe (frações da burguesia industrial, das camadas médias, intelectuais, estudantes e assalariados urbanos). Sem que isso significasse que as antigas frações tivessem sido derrotadas ou desalojadas completamente do Poder político e, menos ainda, do poder econômico. Tendo fracassado os intentos populistas de conciliar interesses de classes antagônicas através de uma industrialização “para dentro”, com a substituição de importações, e inconsequentes reformas redistributivas e ameaças de nacionalização, que não podiam modificar as bases do capitalismo, aquele Estado esgotou suas possibilidades de controle da economia, ao mesmo tempo que se desagregavam as combinações sociais que lhe serviam de sustentáculo.

Nestas condições, a fração oligárquica da burguesia optou, em abril de 1964, por uma operação político-militar, como único meio para superar a crise do seu sistema de dominação. Em princípio, só havia duas alternativas para uma crise dessa natureza. Ou a destruição do sistema de dominação existente por uma revolução que abriria caminho para o socialismo, para o que, evidentemente, não havia condições, nem as forças atuantes. Ou a recomposição do bloco econômico-social dominante mediante uma contra-revolução política que, naquelas condições concretas, só podia ser realizada e conduzida pelas FF.AA., única instituição do Estado que podia responder organizadamente pelos interesses e planos do grande capital internacionalizado.

A operação político-militar de abril de 1964 perseguia vários objetivos correlatos: 1) deter o deslocamento do poder para a esquerda, para os setores adeptos do desenvolvimento de um “capitalismo nacional” e da independência política exterior; 2) reformular o mecanismo de acumulação forçada do capital, recuperando para tal fim o controle da inflação que, devido à pressão de massas a favor de aumentos salariais e do controle de preços, havia escapado das mãos dos grandes financistas; 3) consolidar a inserção do Brasil no sistema capitalista mundial e a sua subordinação à hegemonia norte-americana; 4) interpenetrar ferreamente os poderes político e econômico

Fim da página 2

que, em boa medida, haviam se separado na etapa de “democracia populista”.

Para atingir estes objetivos, o regime militar aboliu as instituições representativas e os agrupamentos políticos das classes subalternas e “disciplinou” as forças sociais através de uma série de leis e atos concretos, que remodelaram o esquema institucional anterior, concentrando a plenitude do Poder de decisão no Alto Comando das FF.AA. Este último se autodesignou tutor e condutor da Nação, abolindo todos os níveis intermediários de agrupação e conciliação dos interesses de classes.

Do ponto de vista de classe, a fascitização [sic] do Poder no Brasil se apóia numa coalização de classes exploradoras e no consenso, fundamentalmente passivo, de segmentos das camadas médias, inicialmente assustadas com a suposta “desordem” do período anterior e esperançosas com as perspectivas de um ascenso material e social, nos marcos de um desenvolvimento econômico capitalista mais intenso. Esta coalisão, estabelecida a “partir de cima”, para implantar a ditadura militar do grande capital sempre procurou ocultar sua natureza fascista com disfarces pseudo-democráticos. Assim, foi obrigada a manter um parlamento esterilizado, a substituição periódica do ditador e um bipartidarismo falsificado, formulando promessas contínuas de “abertura”, sempre postergadas. O fundo musical deste jogo falsificador foi sempre justificar a política repressiva e terrorista de “segurança nacional”, que anula toda liberdade democrática. Em nome da luta contra a “subversão” e os “agentes estrangeiros”, o regime elimina fisicamente os seus opositores mais consequentes e procura dividir as forças de oposição, marginalizando os comunistas.

No Brasil, como nos outros estados fascistas da América Latina, vemos a continuação, em nossos dias, do trágico capítulo da barbárie nazifascista, que forma a suja história do capitalismo.

Uma característica peculiar ao fascismo brasileiro e, em geral, às novas formas do fascismo latino-americano, consiste em ser também a forma em que hoje se estruturam as relações de associação dependente com o imperialismo, particularmente, com as corporações internacionais, cuja natureza monopolista exige poderes e espaços de decisão antes desconhecidos. Neste sentido, comprovamos que a implantação da ditadura militar-fascista no Brasil não só tinha por objetivo a interpenetração dos monopólios privados com o Estado no interior da própria máquina governamental, isto é, modelar um sistema particular de capitalismo monopolista de Estado. Objetivava também uma remodelação das relações entre a economia nacional e a economia capitalista mundial, dominada pelos monopólios imperialistas. O resultado disto foi uma associação dependente entre os monopólios e o Estado brasileiro e as corporações internacionais e centros políticos imperialistas, especialmente os EE.UU. As necessidades de

Fim da página 3

reprodução do capital monopolista internacionalizado que existe no Brasil levam a um expansionismo econômico dos monopólios brasileiros e das multinacionais que operam a partir do Brasil em relação aos países limítrofes, principalmente o Paraguai, o Uruguai e a Bolívia. Isso encontra seu reflexo político nas pressões e ameaças contra as tendências democráticas que aparecem nesses países e na tutela e cooperação, frequentemente avassaladoras, com as ditaduras terroristas que controlam estes povos irmãos.

Por isso, a denúncia e a luta contra o expansionismo dos monopólios que operam no Brasil e contra a política de difusão do modelo fascista brasileiro na América Latina foi e é uma preocupação do nosso Partido.

A situação atual do regime brasileiro caracteriza-se por uma crise do seu esquema de desenvolvimento econômico, determinada pelo esgotamento de suas possibilidades internas de aproveitamento do atraso capitalista, dentro dos estreitos interesses representados e defendidos pelo regime monopolista. Esse esquema atribuía uma importância primordial à economia internacional capitalista, cuja crise bloqueia as perspectivas de crescimento auto-sustentado do capitalismo brasileiro, põe a nu seus estrangulamentos econômicos e acentua as divergências e tensões sociais e políticas não só das forças prejudicadas pelo sistema, como inclusive das que se encontram com ele comprometidas.

O desenvolvimento econômico exige o fortalecimento das indústrias criadoras de meios de produção, e a conjuntura atual é claramente desfavorável para isto.

Para deter o estreitamento da sua base social, o regime teria que, pelo menos, manter a capacidade de consumo dos segmentos sociais que se desenvolveram nos anos de alta conjuntura econômica. Na realidade, a sua política atual não só reduz brutalmente os níveis de consumo dos trabalhadores e das camadas médias, como também prejudica os interesses da pequena e média empresa, à qual não oferece praticamente nenhuma perspectiva, a não ser o pioramento e a ruína.

Nessas condições, revela-se claramente o caráter das relações de dependência em relação ao imperialismo e o caráter fascista do Poder político. Em outras palavras, a crise do esquema ou da estratégia de desenvolvimento monopolista envolve também uma crise de legitimidade do regime político.

A fração hegemônica, que a partir do Poder militarizado comanda e articula politicamente os interesses dos diversos componentes da oligarquia e dos setores que os secundam, move-se num terreno cada vez mais reduzido e sujeito a fortes pressões, a pressões internas e a um reforçamento inusitado das pressões que vêm “de baixo” da

Fim da página 4

sociedade, da oposição de massas, que já começa a demolir as rígidas muralhas do silêncio e do medo, a impor a legitimidade de suas lutas pela anistia total, pelas liberdades políticas e sindicais. Lutas estas que a ditadura já não pode esmagar e isolar como antes, porque ultrapassam sua capacidade de pressão física e de controle ideológico.

As contradições no seio do sistema refletem indiretamente as contradições mais amplas, que contrapõem os grupos e classes sociais articuladas no Estado fascista brasileiro. As peripécias em torno da sucessão do ditador não refletem, como pretende fazer crer a imprensa burguesa, um confronto entre “liberais” e autoritários, mas antes entre a fração executiva e as outras frações do regime ditatorial monopolista. E, o que é mais importante, estes confrontos não põem em questão o tipo de regime sócio-econômico – o Capitalismo Monopolista de Estado – que hoje existe no Brasil, nem também o caráter fascista de sua dominação política (1). Como [sic] isto não estamos negando que outras contradições interburguesas, como a que existe entre a oligarquia financeira, como força hegemônica do sistema, e outros setores das classes dominantes (burguesia não monopolista) possam revestir-se de caráter antagônico em uma conjuntura de crise aguda, que sacrifique interesses profundos desses setores. É hoje mais visível a falta de apoio à ditadura, cada vez mais patente, de setores das camadas médias, que prosperavam com o “milagre” econômico e hoje se vêem prejudicados com a sua política de estabilização econômica.

Em resumo, essas contradições podem desempenhar e já estão desempenhando um papel importante na desagregação do bloco dominante, mas, enquanto existir a máquina fascista do Estado, estas contradições internas continuarão sendo o meio através do qual o regime se reproduz. Reproduz-se, elevando suas contradições a um nível superior, aguçando as tensões sociais e amadurecendo as condições e as forças que hão de aboli-lo.

Evidentemente, para os comunistas a história é sempre feita pelas massas. Para que as condições e as formas em conflito desemboquem num resultado, o regime fascista tem que ser removido pelas forças que prejudica, num processo difícil e longo de luta e organização das massas populares, primordialmente dos proletários urbanos e rurais, e dos estudantes, intelectuais e demais setores próximos.

(1) Falamos aqui da essência do fascismo, porque, como afirma Togliatti, “não se pode considerar o fascismo como algo definitivamente caracterizado, deve-se considerar o desenvolvimento nunca fixo, nunca como esquema, como modelo, mas como conse-

- 6 -

quência de uma série de relações econômicas e políticas reais, resultante de fatores reais, da situação econômica, da luta de massas.” (Togliatti, Palmiro – “Lezioni sul fascismo”, Editori Riuniti, 1973, p. 37)

Luiz Carlos Prestes

Arquivo pessoal de Anita L. P. [assinatura grafada no original].

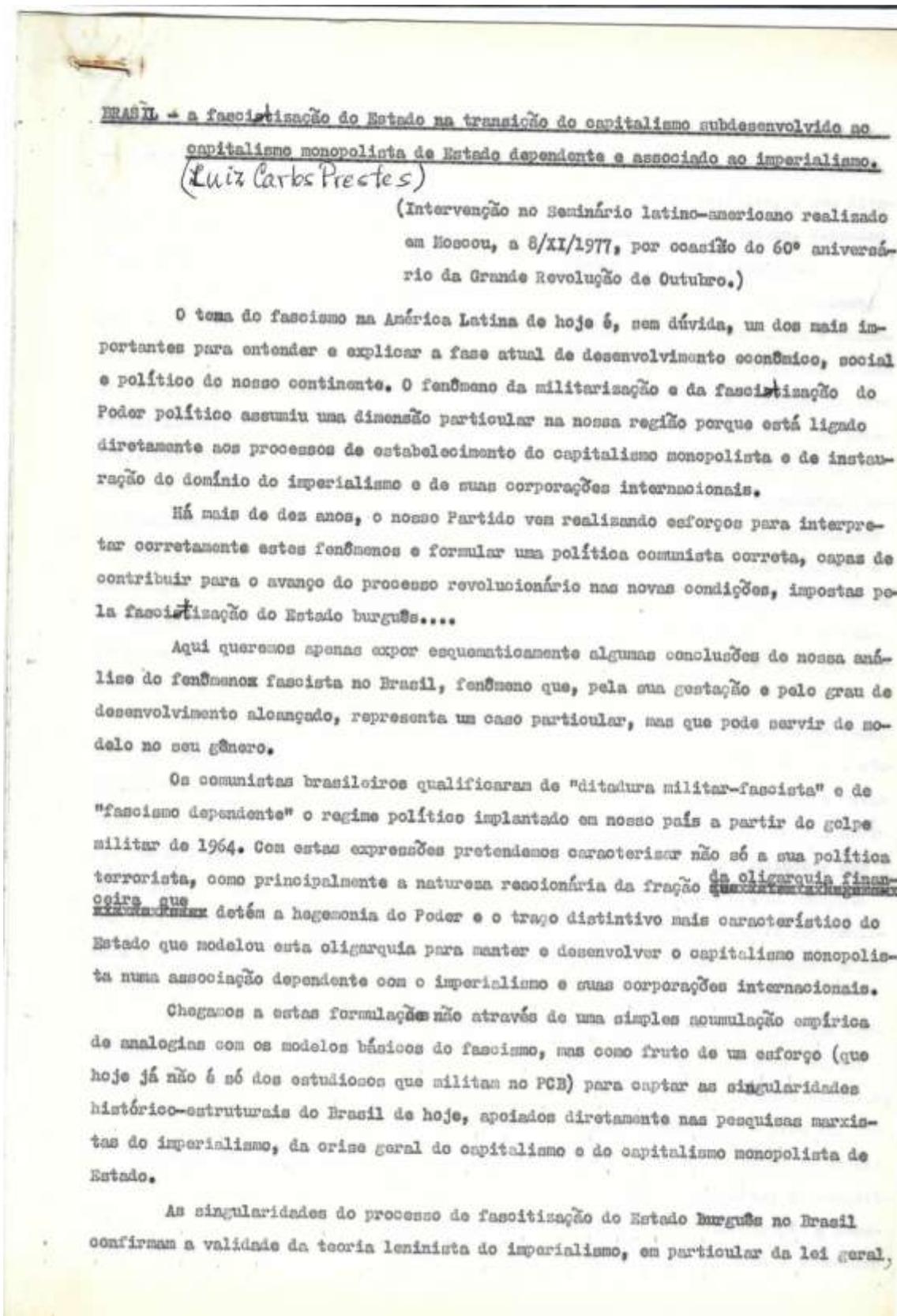
Recebido em: 31 de jul. 2022

Aprovado em: 06 de set. 2022

Referência técnica:

Transcrição realizada por Luzia Beatriz Ramos Alves – Bolsista de Iniciação Científica do Laboratório de Estudos Marxistas – LEMarx/Uesb; revisão técnica de Márcia Lemos e Rodrigo Castelo.

Anexo 1. Imagens fac símile do texto original datilografado



Fonte: arquivo pessoal de Anita Leocádia Prestes.

- 2 -

segundo a qual, na fase monopolista do capitalismo, o domínio burguês só pode manter-se com a hegemonia da oligarquia financeira. E que a forma dessa hegemonia, isto é, a forma em que esta oligarquia implanta e exerce o seu domínio político, a sua ditadura de classe e o seu domínio ideológico, os seus mecanismos de consenso, dependem da resistência e dos perigos que representam os setores e classes dominadas.

A fascitização do Estado brasileiro é o resultado de um processo complexo, que passou por uma fase "populista", na qual as frações agrário-exportadora e comercial (tradicional) da burguesia local perderam o monopólio do Poder político diante do avanço e da intervenção de novas classes e combinações de classe (frações da burguesia industrial, das camadas médias, intelectuais, estudantes e assalariados urbanos). Sem que isso significasse que as antigas frações tivessem sido derrotadas ou desalojadas completamente do Poder político e, menos ainda, do poder econômico. Tendo fracassado os intentos populistas de conciliar interesses de classes antagônicas através de uma industrialização "para dentro", com a substituição de importações, e inconsequentes reformas redistributivas e ameaças de nacionalização, que não podiam modificar as bases do capitalismo, aquele Estado esgotou suas possibilidades de controle da economia, ao mesmo tempo que se desagregavam as combinações sociais que lhe serviam de sustentáculo.

Nestas condições, a fração oligárquica da burguesia optou, em abril de 1964, por uma operação político-militar, como único meio para superar a crise do seu sistema de dominação. Em princípio, só havia duas alternativas para uma crise dessa natureza. Ou a destruição do sistema de dominação existentes por uma revolução que abriria caminho para o socialismo, para o que, evidentemente, não havia condições, nem as forças atuantes. Ou a recomposição do bloco econômico-social dominante mediante uma contra-revolução política que, naquelas condições concretas, só podia ser realizada e conduzida pelas FF.AA., única instituição do Estado que podia responder organizadamente pelos interesses e planos do grande capital internacionalizado.

A operação político-militar de abril de 1964 perseguia vários objetivos correlatos: 1) deter o deslocamento do poder para a esquerda, para os setores adeptos do desenvolvimento de um "capitalismo nacional" e da independência política exterior; 2) reformular o mecanismo de acumulação forçada do capital, recuperando para tal fim o controle da inflação que, devido à pressão do massas a favor de aumentos salariais e do controle de preços, havia escapado das mãos dos grandes financistas; 3) consolidar a inserção do Brasil no sistema capitalista mundial e a sua subordinação à hegemonia norte-americana; 4) interpenetrar ferreamente os poderes políticos e econômico

Fonte: arquivo pessoal de Anita Leocádia Prestes.

- 3 -

que, em boa medida, haviam se separado na etapa de "democracia populista".

Para atingir estes objetivos, o regime militar aboliu as instituições representativas e os grupamentos políticos das classes subalternas e "disciplinou" as forças sociais através de uma série de leis e atos concretos, que remodelaram o esquema institucional anterior, concentrando a plenitude do Poder de decisão no Alto Comando das FF.AA. Este último se autodesignou tutor e condutor da Nação, abolindo todos os níveis intermediários de agrupação e conciliação dos interesses de classes.

Do ponto de vista de classe, a fascitização do Poder no Brasil se apóia numa coalizão de classes exploradoras e no consenso, fundamentalmente passivo, de segmentos das camadas médias, inicialmente assustadas com a suposta "desordem" do período anterior e esperançosas com as perspectivas de um ascenso material e social, nos marcos de um desenvolvimento econômico capitalista mais intenso. Esta coalizão, estabelecida a "partir de cima", para implantar a ditadura militar do grande capital sempre procurou ocultar sua natureza fascista com difarces pseudo-democráticas. Assim, foi obrigada a manter um parlamento esterilizado, a substituição periódica do ditador e um bipartidarismo falsificado, formulando promessas contínuas de "abertura", sempre postergadas. O fundo musical deste jogo falsificador foi sempre justificar a política repressiva e terrorista de "segurança nacional", que anula toda liberdade democrática. Em nome da luta contra a "subversão" e os "agentes estrangeiros", o regime eliminou fisicamente os seus opositores mais consequentes e procura dividir as forças de oposição, marginalizando os comunistas.

No Brasil, como nos outros estados fascistas da América Latina, vemos a continuação, em nossos dias, do trágico capítulo da barbárie nazifascista, que forma a suja história do capitalismo.

Uma característica peculiar ao fascismo brasileiro e, em geral, às novas formas do fascismo latino-americano, consiste em ser também a forma em que hoje se estruturam as relações de associação dependente com o imperialismo, particularmente, com as corporações internacionais, cuja natureza monopolista exige poderes e espaços de decisão antes desconhecidos. Neste sentido, comprovamos que a implantação da ditadura militar-fascista no Brasil não só tinha por objetivo a interpenetração dos monopólios privados com o Estado no interior da própria máquina governamental, isto é, modelar um sistema particular de capitalismo monopolista de Estado. Objetivava também uma remodelação das relações entre a economia nacional e a economia capitalista mundial, dominada pelos monopólios imperialistas. O resultado disto foi uma associação dependente entre os monopólios e o Estado brasileiro e as corporações internacionais e centros políticos imperialistas, especialmente os EE.UU. As necessidades de

Fonte: arquivo pessoal de Anita Leocádia Prestes.

- 4 -

reprodução do capital monopolista internacionalizado que existe no Brasil levam a um expansionismo econômico dos monopólios brasileiros e das multinacionais que operam a partir do Brasil em relação aos países limítrofes, principalmente o Paraguai, o Uruguai e a Bolívia. Isso encontra seu reflexo político nas pressões e ameaças contra as tendências democráticas que aparecem nesses países e na tutela e cooperação, frequentemente avassaladoras, com as ditaduras terroristas que controlam estes povos irmãos.

Por isso, a denúncia e a luta contra o expansionismo dos monopólios que operam no Brasil e contra a política de difusão do modelo fascista brasileiro na América Latina foi e é uma preocupação de nosso Partido.

A situação atual do regime brasileiro caracteriza-se por uma crise do seu esquema de desenvolvimento econômico, determinada pelo esgotamento de suas possibilidades internas de aproveitamento do atraso capitalista, dentro dos estreitos interesses representados e defendidos pelo regime monopolista. Esse esquema atribuiu uma importância primordial à economia internacional capitalista, cuja crise bloqueia as perspectivas de crescimento auto-sustentado do capitalismo brasileiro, põe a nu seus estrangulamentos econômicos e acentua as divergências e tensões sociais e políticas não só das forças prejudicadas pelo sistema, como inclusive das que se encontram com ele comprometidas.

O desenvolvimento econômico exige o fortalecimento das indústrias criadoras de meios de produção, e a conjuntura atual é claramente desfavorável para isto.

Para deter o estreitamento da sua base social, o regime teria que, pelo menos, manter a capacidade de consumo dos segmentos sociais que se desenvolveram nos anos de alta conjuntura econômica. Na realidade, a sua política atual não só reduziu brutalmente os níveis de consumo dos trabalhadores e das camadas médias, como também prejudica os interesses da pequena e média empresa, à qual não oferece praticamente nenhuma perspectiva, a não ser o empobrecimento e a ruína.

Nessas condições, revela-se claramente o caráter das relações de dependência em relação ao imperialismo e ao caráter fascista do Poder político. Em outras palavras, a crise do esquema ou ^{da} estratégia de desenvolvimento monopolista envolve também uma crise de legitimidade do regime político.

A fração hegemônica, que a partir do Poder militarizado organiza e articula politicamente os interesses dos diversos componentes da oligarquia e dos setores que os secundam, move-se num terreno cada vez mais reduzido e sujeito a fortes pressões, a pressões internas e a um reforçamento inusitado das pressões que vêm "de baixo" da

Fonte: arquivo pessoal de Anita Leocádia Prestes.

- 5 -

sociedade, da oposição de massas, que já começa a demolir as rígidas muralhas do silêncio e do medo, a impor a legitimidade de suas lutas pela anistia total, pelas liberdades políticas e sindicais. Lutas estas que a ditadura já não pode esmagar e isolar como antes, porque ultrapassam sua capacidade de pressão física e de controle ideológico.

As contradições no seio do sistema refletem indiretamente as contradições mais amplas, que contrapõem os grupos e classes sociais articuladas no Estado fascista brasileiro. As peripécias em torno da sucessão do ditador não refletem, como pretende fazer crer a imprensa burguesa, um confronto entre "liberais" e autoritários, mas antes entre a fração executiva e as outras frações do regime ditatorial monopolista. E, o que é mais importante, estes confrontos não põem em questão o tipo de regime sócio-econômico - o Capitalismo Monopolista de Estado - que hoje existe no Brasil, nem também o caráter fascista de sua dominação política (1). Como isto não estamos negando que outras contradições interburguesas, como a que existe entre a oligarquia financeira, como força hegemônica do sistema, e outros setores das classes dominantes (burguesia não monopolista) possam revestir-se de caráter antagônico em uma conjuntura de crise aguda, que sacrifique interesses profundos desses setores. É hoje mais visível a falta de apoio à ditadura, cada vez mais patente, de setores das camadas médias, que prosperaram com o "milagre" econômico e hoje se vêm prejudicados com a sua política de estabilização econômica.

Em resumo, essas contradições podem desempenhar e já estão desempenhando um papel importante na desagregação do bloco dominante, mas, enquanto existir a máquina fascista do Estado, estas contradições internas continuarão sendo o meio através do qual o regime se reproduz. Reproduz-se, elevando suas contradições a um nível superior, aguçando as tensões sociais e amadurecendo as condições e as forças que hão de aboli-lo.

Evidentemente, para os comunistas a história é sempre feita pelas massas. Para que as condições e as forças em conflito desembocuem num resultado, o regime fascista tem que ser renovado pelas forças que prejudica, num processo difícil e longo de luta e organização das massas populares, primordialmente dos proletários urbanos e rurais, e dos estudantes, intelectuais e demais setores próximos.

(1) Falamos aqui da essência do fascismo, porque, como afirma Togliatti, "não se pode considerar o fascismo como algo definitivamente caracterizado, ~~que~~ deve considerar o desenvolvimento nunca fixo, nunca como esquema, como modelo, mas como conse-

Fonte: arquivo pessoal de Anita Leocádia Prestes.

- 6 -

quência de uma série de relações econômicas e políticas reais, resultante de fatores reais, da situação econômica, da luta de massas." (Togliatti, Palmiro - "Lessioni sul fascismo", Editori Riuniti, 1973, p.37)

Luís Carlos Prestes

Arquivo pessoal de Anita L.P.

Fonte: arquivo pessoal de Anita Leocádia Prestes.

Notas

¹ Luiz Carlos Prestes (1898-1990), apelidado de Cavaleiro da Esperança, foi capitão do Exército brasileiro, líder da Coluna Prestes, presidente de honra da Aliança Nacional Libertadora (ANL), secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro (PCB) por quase quatro décadas e Senador da República eleito pelo com votação massiva em 1945.

² Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense. Professora do Programa de Pós-graduação em História Comparada do Instituto de História da UFRJ. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9123702879001302>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6910-8333>. E-mail: lygiaprestes@gmail.com.

Recebido em: 31 de jul. 2022

Aprovado em: 06 de set. 2022